



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERENCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES

PROCESSO Nº 60586.000580/2019-41

**TERMO DE CONTRATO Nº 032/2020-MD, QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA
(MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
(DEADI) E A EMPRESA NETMAKE SOLUÇÕES EM
INFORMÁTICA LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD)/Departamento de Administração Interna (DEADI)**, CNPJ nº **03.277.610/0001-25**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o Contra-Almirante (IM) **ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 34, de 21/08/2020), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125, e a Empresa **NETMAKE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.**, CNPJ nº **04.095.869/0001-18**, doravante designada **CONTRATADA**, sediada na Avenida Presidente Kennedy, 1001 – Sala 301 - Bloco “A”, Vila Popular, CEP 53230-230, Olinda – PE, neste ato representada pelo Senhor **MARCO ANTONIO COSTOLA**, Analista de Sistemas, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 18.114.572-8 – (SSP-SP), e CPF nº 226.385.948-90, tendo em vista o que consta no **Processo nº 60586.000580/2019-41, Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 033/CONTRAT/2020** e em observância às disposições ao art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, a Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019, a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação da licença de uso perpétua do software Scriptcase com direito a atualização e suporte da ferramenta pelo período de 12 meses, na modalidade Diamante, para manutenção dos sistemas já desenvolvidos e criação e desenvolvimento de novos sistemas para o Ministério da Defesa, permitindo a criação de aplicações WEB com código PHP e JavaScript.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÕES

2.1. O objeto a ser contratado é a Licença de uso perpétua do software Scriptcase com direito a atualização e suporte da ferramenta na modalidade Diamante. O Scriptcase é um framework para criação de aplicações WEB baseadas em Banco de Dados padrão SQL. Os códigos-fontes são gerados nas linguagens PHP e JAVASCRIPT.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 23/11/2020 e encerramento em 23/11/2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.1.1 esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.1.2 seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.3 seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.4 seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.5 haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.1.6 seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A forma de execução e acompanhamento dos serviços será feita da seguinte forma:

4.1.1 a execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

4.1.2 para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações.

4.1.3 caberá à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

4.1.4 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

4.1.5 A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

4.1.6 A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

4.2 Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços - (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”) e suas alterações.

4.2.1 o prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, no endereço abaixo especificado, conforme registrado na respectiva Nota de Empenho:

4.2.2 os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento mediante emissão do Termo de Recebimento Provisório conforme modelo apensado no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

4.2.3 os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.4 os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do material, e consequente aceitação mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.2.5 na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.2.6 o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”). Ministério da Defesa, Av N2 Bloco O – Anexo Sala 130 CEP 70052-900 – Brasília – DF

4.4. Documentação mínima exigida - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I, alínea “b”).

4.4.1 A contratada deverá emitir a nota fiscal no ato da aquisição da ferramenta SCRIPTCASE bem como termo de garantia e manual de instalação, configuração e instrução (em mídia ou acesso para download no site da empresa) com sua devida identificação com número de série ou similar.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA DE SERVIÇO

5.1. A garantia do software deve cumprir o período de contratação da licença (12 meses).

5.2. Atualização de versão de software SCRIPTCASE, com garantia de atualizações futuras através de fixes, patches, updates e upgrades referentes a versão. (Licença diamante).

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1. O custo global desta contratação é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para o período de 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo, tomada como referência de proposta comercial ID 2602384:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO
01	Contratação da licença de uso perpétua do software Scriptcase com direito a atualização e suporte da ferramenta pelo período de 12 meses, na modalidade Diamante, para manutenção dos sistemas já desenvolvidos e criação e desenvolvimento de novos sistemas para o Ministério da Defesa, permitindo a criação de aplicações WEB com código PHP e JavaScript.	01	R\$ 30.000,00

6.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, item 7.5 e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta dos recursos orçamentários deste Ministério estão assim previstos: UGR: 110549 PTRES: 168638 – Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC FONTE: 100 AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade PROGRAMA: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo Natureza de Despesa: 33.90.40.07 - Manutenção corretiva / adaptativa e sustentação software

CLÁUSULA NONA – GARANTIA FINANCEIRA

9.1. A CONTRATADA prestará garantia financeira, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura deste Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666,

de 1993. 9.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

9.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados ao Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada; e

9.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

9.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.7. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.7.1. caso fortuito ou força maior;

9.7.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

9.7.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

9.7.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

9.8. Cabe à própria Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Contratante.

9.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta cláusula.

9.9.1. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

9.10. Será considerada extinta a garantia:

9.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

9.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

10.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

10.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

10.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

10.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

10.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

10.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

10.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração; e

10.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

11.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

11.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

11.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

11.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

11.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

11.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e 11.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 de 17 de julho de 2020, a Contratada que:

12.1.1 não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

12.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor contratado, até o limite de 5 (cinco) dias;

12.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem 7.4.2.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, por até 2 (dois) anos;

12.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.

12.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, ocasionando a sua perda, respondendo o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível deverá indicar:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 13.4.2. Relação de pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. É prerrogativa da CONTRATANTE rescindir unilateralmente este Contrato nos seguintes casos:

a) decretação de falência ou dissolução da CONTRATADA;

b) alteração da natureza jurídica, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste Contrato;

c) interrupção do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

d) transferência do objeto contratado, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

e) atraso injustificado do início do cumprimento dos prazos do objeto contratado;

f) cometimento de faltas reiteradas na execução do objeto;

g) inadimplência junto ao INSS e ao FGTS;

h) perda das condições técnico-comerciais exigidas no procedimento de Inexigibilidade de Licitação a que está vinculado este Contrato;

i) descumprimento do inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

j) permanência de irregularidade no SICAF, após decorrido prazo proporcionado à CONTRATADA para a regularização da situação cadastral.

13.6. A rescisão deve ser justificada e aprovada pela autoridade competente do Ministério da Defesa, sendo garantido à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro de Brasília – DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e como prova da realização de negócio jurídico bilateral, as partes contratantes e as testemunhas assinam o presente Contrato, depois de lido e aceito, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Pelo Contratante:

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS
Contra-Almirante (IM)
Diretor

Pela Contratada:

MARCO ANTONIO COSTOLA
Representante da Empresa

Testemunhas:

ALEXANDRE SERGIO PIOVESAN
Gestor do Contrato

SANDERSON MARINHO DO NASCIMENTO
Fiscal Administrativo

MILTON CESAR DISEGNA DE SOUZA LEITE
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE SÉRGIO PIOVESAN, Gerente**, em 19/11/2020, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sanderson Marinho do Nascimento, Fiscal de Contrato - Administrativo**, em 20/11/2020, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Milton Cesar Disegna de S. Leite, Técnico**, em 20/11/2020, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Costola, Usuário Externo**, em 20/11/2020, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Chaves de Jesus, Diretor**, em 23/11/2020, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **2935466** e o código CRC **0D759D09**.

EXTRATOS DE DISTRATO

Distrato Amigável do Termo de Convênio nº 032/2016; Data da assinatura: 01/08/2020; Nome do Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO/PR; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC JANGADA DO SUL; Vigência 01/08/2020; Objeto: o presente Distrato Amigável do Termo de Convênio tem por objeto formalizar a rescisão do Termo de Convênio nº 032/2016, relativo à Agência de Correios Comunitária AGC JANGADA DO SUL, MCU 17064, em observância aos termos do instrumento jurídico celebrado entre as partes.

Distrato Amigável do Termo de Convênio nº 035/2016; Data da assinatura: 01/08/2020; Nome do Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO/PR; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC SANTANA; Vigência 01/08/2020; Objeto: o presente Distrato Amigável do Termo de Convênio tem por objeto formalizar a rescisão do Termo de Convênio nº 032/2016, relativo à Agência de Correios Comunitária AGC SANTANA, MCU 17634, em observância aos termos do instrumento jurídico celebrado entre as partes.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N2 RS

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTA Nº 9/2020

Alienação, por venda, de imóvel(eis) de propriedade dos Correios. Recebimento das Propostas e obtenção do Edital: <http://www.correios.com.br> até 18/12/20 às 12h e início da disputa às 13h. Informações pelo telefone: (51) 32204613 - 32208991 ou e-mail: licitacoes-rs@correios.com.br.

RITA WALÉRIA SCHMIDT
Coordenadora Polo Licitações

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N3 GO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PGE 20000027/2020

Aquisição de Filme Stretch e Fita de Arquear como demandas das unidades operacionais da SE/GO, por meio do Sistema de Registro de Preços-SRP. Edital e informações no endereço eletrônico: <http://www.correios.com.br>, telefone: (31) 3431-0659 de 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Sessão Pública pela Internet no endereço eletrônico: <http://www.licitacoes-e.com.br>. Recebimento das propostas até às 14h do dia 02/12/2020. Início da Disputa de Preços dia 02/12/2020 às 15h.

ROBER SILVA ANJOS
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N4 MA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2016 - SE/MA; OBJETO: Prestação de serviços de Limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios; OBJETO DO TERMO ADITIVO: Concessão de Repactuação de Preços do Contrato nº 07/2016 - SE/MA com efeitos financeiros a partir de 01/01/2017, em decorrência das Convenções Coletivas de Trabalho 2017/2017 e 2018/2018; CONTRATADA: CONSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP; VALOR GLOBAL: R\$ 3.931.925,64; DATA DE ASSINATURA: 09/11/2020.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº: ACT-1802/020; Data da assinatura: 14/07/2020; Nome da Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC - MARIANÓPOLIS; Objeto: Alteração nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Segunda - Das OBRIGAÇÕES E DA PARTICIPAÇÃO DOS CORREIOS, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Sétima - DO PLANO DE TRABALHO, Cláusula Décima - DO FUNDAMENTO LEGAL; inclusão de subitens para melhoria do processo nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Quinta - DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Oitava - DO NÃO RAPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES GERAIS e Ajustes no Plano de Trabalho, adequando o conteúdo do instrumento, conforme necessidades identificadas no processo de gestão contratual.

1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº: ACT-1803/2017; Data da assinatura: 14/07/2020; Nome da Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC - CANA BRAVA; Objeto: Alteração nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Segunda - Das OBRIGAÇÕES E DA PARTICIPAÇÃO DOS CORREIOS, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Sétima - DO PLANO DE TRABALHO, Cláusula Décima - DO FUNDAMENTO LEGAL; inclusão de subitens para melhoria do processo nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Quinta - DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Oitava - DO NÃO RAPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES GERAIS e Ajustes no Plano de Trabalho, adequando o conteúdo do instrumento, conforme necessidades identificadas no processo de gestão contratual.

1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº: ACT-1804/2017; Data da assinatura: 14/07/2020; Nome da Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC - FREXERAS; Objeto: Alteração nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Segunda - Das OBRIGAÇÕES E DA PARTICIPAÇÃO DOS CORREIOS, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Sétima - DO PLANO DE TRABALHO, Cláusula Décima - DO FUNDAMENTO LEGAL; inclusão de subitens para melhoria do processo nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Quinta - DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Oitava - DO NÃO RAPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES GERAIS e Ajustes no Plano de Trabalho, adequando o conteúdo do instrumento, conforme necessidades identificadas no processo de gestão contratual.

1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº: ACT-1805/2017; Data da assinatura: 14/07/2020; Nome da Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO; Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC - BANANAL; Objeto: Alteração nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Segunda - Das OBRIGAÇÕES E DA PARTICIPAÇÃO DOS CORREIOS, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Sétima - DO PLANO DE TRABALHO, Cláusula Décima - DO FUNDAMENTO LEGAL; inclusão de subitens para melhoria do processo nas Cláusulas Primeira - DO OBJETO, Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES E PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA, Cláusula Quinta - DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, Cláusula Sexta - DA INSTALAÇÃO DA AGC, Cláusula Oitava - DO NÃO RAPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, Cláusula Décima Primeira - DISPOSIÇÕES GERAIS e Ajustes no Plano de Trabalho, adequando o conteúdo do instrumento, conforme necessidades identificadas no processo de gestão contratual.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N4 MS

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio nº 24/2020, publicado no DOU do dia 20/11/2020, seção 3 página 15, onde se lê: nome da conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA; nome da Agência de Correios Comunitária: AGC AMANDINA, leia-se: nome da conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA; nome da Agência de Correios Comunitária: AGC DEBRASA.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N4 PI

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 07/2020; Data assinatura: 01/12/2020; OBJETO: Locação do imóvel não residencial, situado na Praça Pedrosa de Luna, nº 44, na Cidade de Marcos Parente, no Estado do Piauí, com área de 142,80 m², para funcionamento da AC MARCOS PARENTE; Locador: MANOEL EMÍDIO DE OLIVEIRA, CPF nº. 011.724.503-82. VALOR GLOBAL: R\$ 90.000,00. Vigência: 60 meses (02/12/2020 a 02/12/2025). Origem: DL nº 20000006.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N4 RR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato 1/2020; Data de Assinatura: 14/10/20; Contratada:182.776.402-34/JOSE LIMA ARAUJO; Objeto: Locação de imóvel para instalação da AC PACARAÍMA para atender demanda da GEOPE/RR; Origem: Dispensa de Licitação 20000007/2020; Vigência: 14/10/20 a 13/10/25; Valor Total: R\$ 120.000,00.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 5330000223/1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 072/2018 (TLBB-PRO-2020/02315 Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 51/2018/4741-TB Data de Assinatura: 19/11/2020 Contratada: MAIS SEG SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL EIRELLI EPP CNPJ: 05.833.192/0001-30 Objeto: Prorrogação do Contrato nº 051/2018/4741- TB pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 21/11/2020 Vigência: De 21/11/2020 a 21/11/2021 Valor do Contrato: R\$ 19.527,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte e sete reais). Fundamentação Legal: inciso II e § 2º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Cláusula Terceira do CONTRATO ORIGINAL. Signatários: p/ Telebras: Gerson Banhos Silva De Araujo (Gerente do Escritório Regional de Belém) e Bráulio De Paula Machado (Diretor Comercial) e p/ Contratada: Bruna Lívia Costa Reis (Proprietária).

CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 5330000223/1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 262/2016 Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2017/2600-TB Data de Assinatura: 27/10/2020 Contratada: UATUMÁ TURISMO E EVENTOS EIRELI. CNPJ: 14.181.341/0001-15 Objeto: Alteração da denominação social da CONTRATADA no Contrato nº 012/2017/2200-TB, em razão da transformação da sociedade limitada para empresa individual de responsabilidade limitada, passando de UATUMÁ EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA para UATUMÁ TURISMO E EVENTOS EIRELI. Fundamentação Legal: caput do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Cláusula Décima Oitava do CONTRATO ORIGINAL. Signatários: p/ Telebras: André Luís Gomes Monteiro (Diretor Administrativo-Financeiro) e Bráulio de Paula Machado (Diretor Comercial) e p/ Contratada: Tereza Cristina Bulbol Abrahão (Representante).

Ministério da Defesa

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020 - UASG 110511

Nº Processo: 60090000884201981. Objeto: Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada para fornecimento de Circuito de Internet banda larga com capacidade de 10 Mbps de download e 2 Mbps de upload, incluindo fornecimento, instalação e manutenção a serem instalados nas localidades em que se encontram os radares meteorológicos em atividade na Amazônia Legal.. Total de Itens Licitados: 9. Edital: 24/11/2020 das 08h00 às 11h55 e das 14h00 às 17h55. Endereço: Spo Área 5 - Qd. 3 - Bl. k, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/editais/110511-5-00027-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 24/11/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/12/2020 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

FERNANDO DA ROCHA VIDAL
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 23/11/2020) 110511-00001-2020NE800186

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2020 - UASG 110404

Nº Processo: 60586000580201941. INEXIGIBILIDADE Nº 33/2020. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -CNPJ Contratado: 04095869000118. Contratado : NETMAKE SOLUCOES EM INFORMATICA -LTDA. Objeto: Contratação da licença de uso perpétua do software Scriptcase com direito a atualização e suporte da ferramenta pelo período de 12 meses. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 8.248/1991, IN SGD/ME nº 1/2019 e IN SEGES/MPDG nº 5/2017. Vigência: 23/11/2020 a 23/11/2021. Valor Total: R\$30.000,00. Fonte: 144000000 - 2020NE800986. Data de Assinatura: 23/11/2020.

(SICON - 23/11/2020) 110404-00001-2020NE800324

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 42/2020

Processo nº 60585.001593/2020-81. Empresa Vencedora do Grupo 1 - ESPACO & FORMA MOVEIS E DIVISORIAS LTDA (CNPJ: 37.977.691/0007-83), no valor total de R\$ 423.808,99.

MARIA ZENÁDIA RODRIGUES BRITO FRANÇA
Pregoeira

(SIDECE - 23/11/2020) 110404-00001-2020NE800324

